

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016					
(Em milhares de Reais)					
ATIVO	Nota	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Circulante		2.861.470	2.789.469	2.159.787	2.199.156
Disponibilidades		2.068	660	1.505.178	1.423.589
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	189.559	228.227	1.473.408	1.402.521
Aplicações em operações compromissadas		189.559	228.227	31.770	21.088
Títulos e valores mobiliários	5	643.843	511.549	-	-
Títulos de renda fixa		643.304	511.449	-	-
Cotas de fundo de investimento		539	-	-	-
Operações de crédito	6	1.815.432	1.832.862	99.404	177.010
Financiamentos - Setor privado		1.999.630	2.024.836	1.492	65
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(184.198)	(191.974)	1.492	65
Instrumentos financeiros derivativos	12	8.555	30.772	553.713	579.007
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.555	30.772	1.560	1.562
Outros créditos	11	193.789	175.234	113.059	70.492
Diversos		193.789	175.234	105.074	188.345
Outros valores e bens		9.184	10.155	333.990	320.608
Bens não de uso		10.585	10.470	-	-
Provisão para desvalorização		(3.462)	(3.808)	-	-
Despesas antecipadas		2.061	3.483	-	-
Realizável a longo prazo		2.145.349	2.325.293	1.341.814	1.506.500
Títulos e valores mobiliários	5	633.572	633.572	999.246	1.112.924
Títulos de renda fixa		510.901	633.572	926.889	1.100.886
Outros valores mobiliários		122.671	-	72.357	12.038
Operações de crédito	6	1.394.251	1.368.614	236.260	263.103
Financiamentos - Setor privado		1.465.511	1.442.636	43.530	42.723
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(71.260)	(74.022)	62.778	87.750
Instrumentos financeiros derivativos	12	7.803	7.803	45.447	22.206
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.803	7.803	708	-
Outros créditos	11	239.851	313.425	16.623	65.544
Diversos		239.851	313.425	5.535	7.229
Outros valores e bens		346	1.879	5.535	7.229
Despesas antecipadas		346	1.879	-	-
Permanente		30.265	29.753	3.129.948	1.431.630
Investimentos		6	6	360.854	360.854
Outros investimentos		6	6	222.636	301.147
Imobilizado de uso	8	4.335	5.517	946.458	769.629
Outras imobilizações de uso		16.066	16.028	-	-
(Depreciação acumulada)		(11.731)	(10.511)	-	-
Imobilizado de arrendamento	7	463	507	-	-
Bens arrendados		1.399	1.467	-	-
Depreciação acumulada		(816)	(960)	-	-
Intangível	9	25.441	23.723	-	-
Software		58.999	39.469	-	-
(Amortização acumulada)		(33.558)	(15.746)	-	-
Total do ativo		5.037.084	5.144.515	5.037.084	5.144.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO				
DE 2017 E 2016				
(Em milhares de Reais)				
	Nota	1º Semestre		
		2017	2016	
Receitas da intermediação financeira		457.898	601.333	
Operações de crédito		388.224	518.567	
Operações de arrendamento mercantil		-	43	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		69.674	82.723	
Despesas da intermediação financeira		(246.434)	(443.187)	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(16.842)	(146.489)	
Operações de captação no mercado		(144.776)	(155.144)	
Operações de arrendamento mercantil		-	(42)	
Despesas por Obrigações por empréstimo		(7.266)	(37.785)	
Reversão/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(77.550)	(103.727)	
Resultado bruto da intermediação financeira		211.464	158.146	
Receitas de prestação de serviços		490.029	523.626	
Rendas de taxa de administração de consórcios		456.240	487.342	
Receita de prestação de serviços		33.789	36.284	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(467.505)	(462.790)	
Outras despesas administrativas		21	(431.856)	(405.462)
Despesas de Pessoal		(11.640)	(13.037)	
Despesas tributárias		(75.852)	(70.399)	
Outras receitas operacionais		22	84.062	67.384
Outras despesas operacionais		23	(32.219)	(41.276)
Resultado operacional		233.988	218.982	
Resultado não operacional		1.060	1.029	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		235.048	220.011	
Imposto de renda	19a	(85.265)	(84.775)	
Contribuição social	19a	(35.998)	(44.456)	
Ativo fiscal diferido		873	60.082	
Lucro líquido do semestre		3	134.658	150.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016				
(Em milhares de Reais)				
	Nota	1º Semestre		
		2017	2016	
Lucro líquido do semestre ajustado		331.580	347.830	
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social		235.048	220.011	
Constituição / (Reversão) de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		77.550	103.727	
Despesa com provisões contingentes		14.529	18.427	
Depreciações e amortizações		4.882	3.986	
Reversão/despesa com provisões fiscais		28	-	
Superveniência/insuficiência de depreciação		-	43	
Constituição/(Reversão) da provisão para desvalorização BNDU		(457)	1.636	
Varição de ativos e obrigações		(263.608)	(120.842)	
(Aumento)/redução em imposto de renda retido na fonte		(9.825)	(9.717)	
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		-	(51.480)	
(Aumento)/redução em operações de crédito		(115.209)	(55.184)	
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		3.273	119.084	
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens		11.106	23.386	
(Aumento)/redução em outros ativos		(22.481)	(8.578)	
(Aumento)/redução em resultado de exercícios futuros		(804)	(1.744)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(129.568)	(136.609)	
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente		67.972	226.988	
Alienação de imobilizado de uso		101	589	
Aquisição de imobilizado de uso		(155)	754	
Aplicações no intangível		(5.339)	(8.179)	
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado		(6.393)	(6.836)	
Distribuição de Lucros		(64.662)	(160.000)	
Aumento/(redução) operações compromissadas		-	(4.996)	
Aumento/(redução) em Obrigações por Empréstimos		(44.381)	-	
Aumento/(redução) em depósitos		46.655	(13.080)	
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		(6.735)	(3.403)	
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/aplicado		(69.123)	(181.479)	
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa		(6.544)	38.673	
Saldo de caixa e equivalentes no início do período		197.750	190.630	
Saldo de caixa e equivalentes no final do período		191.206	229.303	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016					
(Em milhares de Reais)					
	Capital realizado	Legal	Reserva de lucros		Total
			Outras	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	360.854	29.033	305.625	745.296	1.440.808
Lucro líquido do semestre	-	-	-	150.822	150.822
Destinações do lucro:					
Reserva Legal	-	824	-	(824)	-
Reservas especiais de Lucros	-	-	15.665	(15.665)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(50.000)	(110.000)	(160.000)
Saldo em 31 de junho de 2016	360.854	29.857	271.290	769.629	1.431.630
Saldo em 31 de dezembro de 2016	360.854	31.563	204.395	863.140	1.459.952
Lucro líquido do semestre	-	-	-	134.658	134.658
Destinações do lucro:					
Reserva Legal	-	1.833	-	(1.833)	-
Reservas Especiais de Lucros	-	-	34.845	(34.845)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(50.000)	(14.662)	(64.662)
Saldo em 30 de junho de 2017	360.854	33.386	189.240	946.458	1.529.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016					
(Em milhares de Reais)					
1. CONTEXTO OPERACIONAL	O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. A partir de setembro de 2012 o Banco iniciou as operações do produto Floor Plan que consiste no financiamento de veículos para os concessionários. A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing) autorizada a funcionar pelo Bacem iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes às sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades. A Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Consórcio) tem como objetivo social a constituição e administração de grupos de consórcio. Iniciou suas atividades em 1981, administrando grupos para aquisição de bens, principalmente de produtos da marca Honda. Para fins do atendimento da Resolução nº 4.280, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial. As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em 21 de agosto de 2017.				
2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	As práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, subsidiárias no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados).				
a. Apreciação do resultado	A apuração das receitas e das despesas do Banco e da Leasing obedecem ao regime de competência. Para a Leasing as receitas de arrendamento mercantil, são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contrapartidas exatissimas no período e o ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil. No caso do Consórcio a taxa de administração devida pelos participantes dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do seu recebimento, conforme disposições da Circular Bacem nº 2.381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente de comercialização de cotas por terceiros é apropriada ao resultado pelo seu pagamento, conforme disposições da Carta-Circular do Bacem nº 2.598 de 27 de novembro de 1995.				
b. Estimativas contábeis	Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Conglomerado revisa as estimativas e as pressuposições mensalmente.				
c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)	É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.				
d. Ativo circulante e realizável a longo prazo	Caixa e equivalentes de caixa São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelas Sociedades para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.				
Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Bacem, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda provável). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não sendo figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme nota explicativa nº 6d.				
Créditos tributários	Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e de contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 para instituições financeiras de acordo com a Lei 13.169/15.				
Ativos contingentes	O Conglomerado Prudencial não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Conglomerado Prudencial não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2017 e 2016.				
Despesas antecipadas	As despesas antecipadas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são registradas na abertura do crédito e apropriadas ao resultado pelo prazo dos contratos até junho de 2017. Com a divulgação da Circular Bacem nº 3.593/13, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.				
Outros ativos	São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidos e/ou ajustados aos valores de mercado de realização.				
e. Ativo permanente	Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: sistema de processamento de dados, 20%; veículos, 20%; e demais equipamentos, 10%. No caso em específico da Leasing, quando de operações com uma pessoa jurídica há uma redução de 30% na referida vida útil, segundo determinado pela Portaria MF nº 140/84, 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses). • Diferido representado pelos seguintes itens: Por gastos com benefícios em imóveis de terceiros, sendo amortizado no prazo do contrato de locação do imóvel; Com aquisições e desenvolvimento de sistemas e amortizado pelo prazo de cinco anos; e Perdas de arrendamento, sendo a amortização das perdas de arrendamento mercantil reconhecida pelo prazo da vida útil remanescente dos bens arrendados.				
f. Passivo circulante e exigível a longo prazo	Provisão para imposto de renda e contribuição social A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas: • Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120.000 ao semestre. • Contribuição social: 15% sobre o lucro tributável, até o período de agosto 2015 e 20% sobre o lucro tributável a partir do mês de setembro 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/15 para o Banco e mantendo 15% para a Leasing e 9% para a Consórcio.				
Passivos contingentes e obrigações legais	Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores. As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.				
Outros passivos	Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base pro rata dia) incorridas.				
3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO	Na elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o COSIF, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/07. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado em 30 de junho de 2017 abrangem as demonstrações financeiras do Banco líder do conglomerado, Leasing e da Consórcio, que são controlados pela Honda South America Ltda. Nem as entidades nem a participação societária umas nas outras. De acordo com a resolução do CMN nº 4.280, devem estar contemplados no Conglomerado Prudencial entidades definidas na respectiva norma, independente de participação acionária uma nas outras. Assim, o Conglomerado Prudencial do Banco inclui:				
Consórcio Nacional Honda	Lucro líquido	2017	2016	2017	2016
		97.980	134.334	85.758	774.230
Banco Honda S/A		3			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES	2017	2016
Recursos a devolver - Grupos encerrados	333.980	320.608
Fiscais e previdenciárias	113.808	143.061
Provisão para passivos contingentes	63.780	58.224
Comissão a pagar	36.397	28.925
Contas a pagar	16.747	25.184
Provisão para pagamentos a efetuar	-	4.358
Recursos pendentes de recebimento	16.623	65.544
Outras	12.718	2.090
Taxa de registro - alienação a pagar	9.552	6.753
Credores diversos - País	5.529	3.719
Valores a pagar as sociedades ligadas	2.981	3.392
Despesas de pessoal	2.221	2.148
Seguros sobre financiamento	909	1.075
Bonus a pagar	762	1.169
Credores por antecipação de valor residual	483	507
	616.491	666.757

A rubrica de "outras obrigações fiscais e previdenciárias" referem-se principalmente à provisão para imposto de renda e contribuição social e imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado de exercícios futuros.

17. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

	2017	2016
Provisão para contingências cíveis	50.942	51.260
Provisão para contingências trabalhistas	12.274	6.463
Provisão para contingências tributárias	564	501
Total	63.780	58.224

a. Movimentação dos processos

	Junho 2016		Junho 2017		Saldo final
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Reversão	
Provisão para contingências cíveis (i)	49.730	13.970	(12.645)	(112)	50.942
Provisão para contingências trabalhistas (ii)	8.484	5.727	(662)	(1.275)	12.274
Provisão para contingências tributárias (iii)	542	22	-	-	564
Total	58.755	19.718	(13.307)	(1.387)	63.780

- (i) Refere-se a ações judiciais movidas contra o Banco que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. Em 30 de junho de 2017 o saldo das contingências cíveis da Consórcio era de R\$ 34.927 (R\$ 34.942 em 30 de junho de 2016) referente a ações movidas contra a Consórcio, que tem como objeto discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de consórcio, sendo em sua maior parte, do juizado especial cível, e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.
- (ii) Refere-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex - empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.
- (iii) Refere-se a processo tributário sobre a diferença do índice de contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) com o Banco e também ao processo tributário sobre IPVA com a Leasing. A Consórcio mantém o montante para processos judiciais tributários, cujo valor encontra-se integralmente provisionado no montante de R\$ 196 (R\$ 173 em 30 de junho de 2016). Em 30 de junho de 2017 a Administradora de Consórcio Nacional Honda possui um total de R\$ 101.103 para processos cujos riscos de perdas foram classificados como possível (R\$12 em 30 de junho de 2016).

18. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente o valor de R\$ 5.535 (R\$ 7.229 em 30 de junho de 2016), que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento, líquidas dos impostos.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Resultado antes da tributação	235.048	235.048	220.011	
Adições temporárias				
Insuficiência de Depreciação	-	-	43	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85.792	85.792	103.727	
Provisão para contingências	19.536	19.536	24.288	
Cadin IPVA	29	29	52	
Desvalorização de BNDU	2.093	2.093	-	
Outras adições	59.629	59.629	124.270	
Exclusões				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.241)	(8.241)	-	
Créditos irrecuperáveis	(42.513)	(42.513)	(22.504)	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(12.532)	(12.532)	(9.374)	
Reversão/utilização da provisão para contingência	(14.511)	(14.511)	(13.749)	
Cadin IPVA	(2)	(2)	(2)	
Outras exclusões	(62.439)	(62.439)	(86.798)	
Lucro Líquido Acumulado antes do IRPJ	261.888	261.888	339.964	
Compensação Prejuízo Fiscal Períodos Anteriores	(212)	-	(174)	
Valor-base para tributação	261.676	261.888	339.790	
Alíquota-base	39.251	35.998	95.465	
Alíquota adicional	26.132	-	33.943	
Incentivo	-	-	(3)	
PAT	(118)	-	(123)	
Despesa de IRPJ e CSLL no semestre	65.265	35.998	129.282	
Despesa de IRPJ e CSLL no semestre	65.265	35.998	129.282	
b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social combinado				
	2017	2016		
	IRPJ	CSLL	IRPJ e CSLL	
IRPJ e CSLL devidos no semestre	65.265	35.998	129.282	
Realização do crédito tributário diferido	748	10.514	17.780	
Constituição do crédito tributário diferido	(8.373)	(3.762)	(77.873)	
Total IR e CSLL Diferido	57.640	42.750	69.189	

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	255.458	255.458	265.996	
Provisão para contingências	63.779	63.779	58.224	
Créditos baixados como prejuízo	436.458	436.458	379.026	
Depreciação de contratos em atraso	865	865	-	
Outros	53.222	53.222	56.500	
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	809.783	809.783	759.746	
Total do crédito tributário	202.446	136.077	337.279	

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "outros créditos - diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

	Primeiros cinco anos					Total
	2017	2018	2019	2020	2021	
Provisão para operações de crédito	45.818	12.654	4.260	912	147	63.791
Provisão para contingências	6.053	2.155	1.715	1.400	1.003	12.326
Créditos baixados como prejuízo	9.199	22.270	24.876	28.169	24.603	109.116
Desvalorização - BNDU	866	-	-	-	-	866
Ações trabalhistas	1.869	126	103	269	498	2.865
Gravame	-	133	-	-	-	133
Outros	12.507	75	5	-	-	12.587
	76.311	37.412	30.959	30.750	26.251	201.684

	Últimos cinco anos					Total
	2022	2023	2024	2025	2026	
Provisão para operações de crédito	64	10	-	-	-	74
Provisão para contingências	163	150	110	79	24	526
Ações trabalhistas	162	-	-	-	-	162
	389	160	110	79	24	762

	Primeiros cinco anos					Total
	2017	2018	2019	2020	2021	
Provisão para operações de crédito	36.654	10.123	2.556	547	89	49.969
Provisão para contingências	2.827	1.136	757	591	425	5.737
Créditos baixados como prejuízo	7.359	17.816	14.925	16.901	14.762	71.762
Desvalorização - BNDU	692	-	-	-	-	692
Ações trabalhistas	1.495	101	62	162	299	2.119
Gravame	-	107	-	-	-	107
Outros	5.172	60	3	-	-	5.235
	54.199	29.343	18.303	18.201	15.575	135.620

	Últimos cinco anos					Total
	2022	2023	2024	2025	2026	
Provisão para operações de crédito	38	5	-	-	-	43
Provisão para contingências	98	90	66	48	14	316
Ações trabalhistas	97	-	-	-	-	97
	233	95	66	48	14	456

O valor presente destes créditos tributários no montante de R\$ 299.180 em 30 de junho de 2017 (R\$ 271.192 em 30 de junho de 2016), considera a taxa Selic de 13,25% a.a. Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados: A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente. A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2017 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de: 34,95% no ano de 2017; 20,88% no ano de 2018; 15,35% no ano de 2019; 15,29% no ano de 2020; 13,13% no ano de 2021; 0,39% para os últimos cinco anos. Essas estimativas serão revistas anualmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em cada uma das entidades do conglomerado, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias de cada entidade e indicadores econômico-financeiros.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital Social**
 Em 30 de junho de 2017, o capital social é de R\$ 360.854 (R\$ 360.854 em 30 de Junho de 2016), representado por 39.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país;

b. **Reserva legal**
 É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

c. **Reserva especial de lucros**
 Constituídas pelo montante do lucro não destinado a remuneração dos acionistas.

d. **Dividendos**
 De acordo com deliberação em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 14.662 (R\$ 110.000 no período de 2016) pela Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. e R\$ 50.000 (R\$ 50.000 no semestre de 2016) pelo Banco para a acionista Honda South América Ltda.

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Serviços de terceiros	(76.150)	(84.902)
Despesas financeiras	(20.046)	(22.986)
Despesas de comissão	(229.029)	(191.945)
Despesas comerciais	(35.077)	(30.704)
Despesas comunicações	(12.557)	(13.920)
Serviços técnicos especializados	(7.706)	(5.860)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(2.371)	(2.504)
Despesa de cartório	(23.652)	(23.760)
Despesa de processamento de dados	(7.871)	(6.594)
Despesa de amortização	(3.651)	(2.987)
Honorários advocatícios	(3.636)	-
Despesa de seguro	(31)	-
Despesa com propaganda/publicidade	(37)	(34)
Despesa de promoções e relações	(1.109)	(8.903)
Outras	(8.930)	(10.363)
	(431.856)	(405.462)

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Reversão/utilização de outras provisões operacionais	18.587	14.627
Reversão de provisões diversas	6.374	655
Reversão de desvalorização BNDU	2.550	1.193
Reversão Proc. Trabalhista	24	-
Reembolso de despesa BNDU	3.051	1.432
Outras receitas operacionais	4.212	140
Reembolso Sirof e Gravame	22.600	23.356
Multa Compensatória - CNH	26.662	25.981
	84.062	67.384

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Provisão para contingências	(9.433)	(22.746)
Desvalorização de BNDU	(2.093)	(2.829)
Desconto concedido	(1.138)	(1.026)
Ações trabalhistas	(10)	-
Indenização ações contrárias	(941)	(1.744)
Despesas com despachante	(2.607)	(1.610)
Varição monetária passiva	(3)	-
Campanha de cobrança	(1.956)	(1.673)
Prejuízos com consorciado	(2.981)	(7.940)
Outras	(11.057)	(1.708)
	(32.219)	(41.276)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco, Leasing e Consórcio é a Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por empresas do grupo e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma controladora do Conglomerado.

	1º semestre			
	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Honda Automóveis do Brasil Ltda.				
Valores recebidos antecipadamente	(2)	3.044	(228)	5.377
Outras despesas	-	(3.539)	-	-
Moto Honda da Amazônia Ltda.				
Valores a receber	183	30	-	-
Valores recebidos antecipadamente	(1.133)	868	(126)	664
Aluguel de imóvel	(10)	(60)	(9)	(55)
Outras despesas	(103)	(206)	(26)	(2.851)
Honda Serviços Ltda.				
Receíveis	-	84	-	-
Prestação de serviço de assessoria administrativa	(2.946)	(8.523)	(7.964)	(42.219)
Valores a receber - Repasse	-	(37.485)	-	85

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2017 somaram R\$ 58 (R\$ 65 no decorrer do 1º semestre de 2016), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 30 de junho de 2017, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do Banco Central do Brasil para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 22,29% (22,58% em 30 de Junho de 2016), conforme legislação vigente à época.

c. Gerenciamento de Riscos

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN n°s 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11, 3.380/06, e 4.327/14, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos incorridos pela instituição. Para nortear essas atividades, a diretoria da